




FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

 <https://doi.org/10.56238/levv16n48-025>

Data de submissão: 08/04/2025

Data de publicação: 08/05/2025

Marinalda Maria de Deus Alves

Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Segurança Pública, Polícia Militar do Piauí (PMPI), em convênio com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: marinalda17maria@gmail.com

Helton Augusto Diniz Sousa

Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Segurança Pública, Polícia Militar do Piauí (PMPI), em convênio com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: caphelton2@gmail.com

Calos Henrique Teixeira da Silva

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: carlos.henriqueteixeira@hotmail.com

Kátia Regina Calixto Brasil

Mestra em Administração, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: katiaregina@ccsa.uespi.com

Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva

Doutora em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do sul, Brasil.
E-mail: xicadasilva3@outlook.com

Antônia Maria dos Santos da Silva

Mestra em Educação, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: antonia01.mss@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios, avanços e perspectivas da formação de soldados da Polícia Militar do Piauí. Trata-se de revisão integrativa, de objetivo exploratório, natureza aplicada, abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental. Os dados foram coletados por meio de buscas por conveniência, nas bases de dados SciELO, *Scopus* e Google Scholar, com recorte temporal livre até 2023. Foram incluídos o programa de formação dos Soldados da PMPI, a Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública, a Lei de Ensino da PMPI, bem como artigos científicos e documentos institucionais. Foram excluídos os artigos com dupla publicação e os indisponíveis na íntegra. Os dados foram processados, categorizados e analisados com base na estratégia de PICO, passando pelas fases exploratória, seletiva e inferencial. Como resultado, o estudo identificou diversos avanços nessa formação, além de desafios e perspectivas para o aperfeiçoamento dos processos de ensino, tais como a construção de um projeto pedagógico voltado para o ensino superior, a capacitação de professores e a possibilidade de credenciamento do



Centro de Educação, Formação e Aperfeiçoamento Profissional da PMPI como instituição de ensino superior, entre outros. Nesse contexto, a educação policial militar no estado do Piauí, considerando as mudanças desejadas pelos gestores, docentes e discentes envolvidos nesse processo, tem se mostrado um horizonte promissor, apesar dos desafios a serem enfrentados até a completa implementação da Lei de Ensino da PMPI.

Palavras-chave: Soldado. Processo formativo. Programa de formação. Polícia Militar do Piauí.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, temos vivido momentos de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que por vezes acontecem de forma abrupta, o que favorece o surgimento de uma sociedade com novos anseios e necessidades. Assim, as instituições têm procurado acompanhar as mudanças e lidar com estes novos cenários, que muitas vezes se traduzem como incertos, frágeis, ansiosos e complexos.

Neste contexto, proporcionar uma segurança pública de qualidade tem se tornado um desafio para as Polícias do País. Nesse cenário, a formação profissional dos policiais tem sido foco constante de questionamentos, uma vez que as transformações nestas instituições estão intimamente relacionadas com uma formação eficiente, efetiva e eficaz de seus agentes.

Isto posto, é necessário compreender que a atividade policial é complexa, crítica, dinâmica e paradoxal. Assim a sua formação abrange uma complexidade que exige um diagnóstico analítico que envolva diversos aspectos, como os seus desafios, avanços e perspectivas, pois a partir daí será possível desenvolver programas de formação adequados que atendam as demandas e necessidades de uma sociedade democrática de direito.

É importante lembrar, que o Sistema de Ensino da PMPI encontra-se em um momento de transição com a promulgação da recém-criada Lei nº 8.047 de 18 de maio de 2023, que instituiu o Sistema de Ensino da PMPI, com a mudança de nomenclatura do Curso de Formação de Soldados da PMPI, o qual passa a denominar-se Curso de Formação de Praças da PMPI. Todavia, neste estudo utilizaremos a nomenclatura empregada no último programa de formação destes profissionais para um melhor entendimento, sendo que a atual nomenclatura somente será utilizada quando formos nos reportar ao conteúdo da lei supramencionada.

Nessa perspectiva, com o intuito de contribuir com a discussão em pauta, delimitamos o curso de formação de soldados da Polícia Militar do Piauí- CFSD/PMPI, que é uma das primeiras formações para ingresso na Corporação e que possui um maior número de membros da Instituição, como elemento central deste estudo. Assim sendo, tem-se o seguinte questionamento: Quais os avanços, desafios e perspectivas da formação de soldados da Polícia Militar do Piauí?

Diante destas inquietações, este artigo tem como objetivo analisar os avanços, desafios e perspectivas da formação de soldados da PMPI. Para responder ao objetivo da pesquisa, traçamos a trajetória da formação policial militar no Brasil, descrevemos o programa de Formação dos Soldados da PMPI, bem como os aspectos desta formação constante na lei que instituiu o Sistema de Ensino da Corporação e Identificamos os avanços, desafios e perspectivas da formação destes profissionais.

Para tanto, nos ancoramos em autores como: Hypolito (2004), Poncioni (2013), Cotta (2019), Bispo *et al.* (2023), Spaniol e Azevedo (2022), dentre outros, o que nos possibilitou um maior entendimento da temática e do problema da pesquisa. Os fios condutores desta discussão, perpassam

por linhas introdutórias do estudo, delineando a temática de investigação, a questão problema, objetivos, relevância da pesquisa e organização do mesmo.

No percurso investigativo, discurrimos sobre a trajetória da formação policial militar no Brasil, apontando os reflexos dos fatores sociais, econômicos e culturais da sociedade nos seus currículos de formação. Na sequência discutimos a formação e atividade policial militar, pontuando a complexidade que é o trabalho policial e a importância das ações formativas, e descrevemos o programa de Formação dos Soldados da PMPI, bem como os aspectos desta formação constante na lei que instituiu o Sistema de Ensino da Corporação.

Apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa. Nos resultados e discussão, prosseguimos identificando, analisando e discutindo os avanços, desafios e perspectivas da formação de soldados da PMPI. E por fim, nas considerações finais, apresentamos as constatações e tecemos algumas reflexões sobre os achados da pesquisa no contexto investigado, como forma de contribuir para a formação dos soldados da Polícia Militar do Piauí.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em busca de melhor compreender o objeto do estudo, foram levantados os seguintes marcadores para guiar as investigações: (i) Trajetória da formação policial militar no Brasil; (ii) A formação e a profissão policial militar; e (iii) O programa do curso de formação de soldados da PMPI e o o Advendo da Lei 8.047/2023, que institui o Sistema de Ensino da PMPI, que serão apresentados nessa ordem.

2.1 TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR NO BRASIL

A formação policial militar no Brasil ao longo dos tempos vem passando por transformações significativas saindo de uma base exclusivamente militarizada até chegar as mais recentes alterações propostas pela Matriz Curricular Nacional (MCN), para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública, o que denota uma longa trajetória que sofre influências dos aspectos que envolvem as dimensões sociais, econômicas e culturais da sociedade (Brasil, 2014).

Assim, conhecer a trajetória da Formação Policial Militar no País constitui-se como atividade necessária para se avaliar os caminhos traçados, as perspectivas, possibilidades e os limites da formação dos soldados da PMPI, uma vez que o que ocorreu no País em relação a estas formações refletiu nos seus entes federados.

As polícias militares do Brasil têm como embrião a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, criada no ano de 1808, com a chegada da família real no Brasil, a qual segundo Muniz (2001) foi dissolvida em 1831 sendo substituída pelo Corpo das Guarda Municipais Permanentes e pela Guarda Nacional, sendo esta extinta com o fim do Império no ano de 1918. No

entanto, os Corpos de Guardas Municipais baseadas no modelo militarizado semelhante à Divisão da Guarda Real continuaram ativas até o ano de 1934, quando se transformaram nas Forças Públicas Estaduais e em 1946 nas Polícias Militares Estaduais, com exceção da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, que passou a denominar-se Brigada Militar (Moura, 2006). Desta forma, percebe-se que o modelo militarizado está presente nas polícias Militares desde a sua gênese.

Hypolito (2004), destaca que as Polícias Militares, Forças Auxiliares do Exército Brasileiro, na sua criação eram responsáveis pela segurança interna e manutenção da ordem pública e não desempenhavam naquela época o policiamento ostensivo como conhecemos hoje. O autor destaca ainda que inicialmente as forças policiais eram compostas por ex-membros das forças armadas, desta forma, os policiais militares estaduais recebiam os mesmos ensinamentos endereçados ao efetivo do Exército, o que proporcionava a militarização da força policial, visto que as instruções eram sempre voltadas para a atividade fim do Exército, ou seja, a segurança interna.

Evidencia-se, assim, que estes profissionais tinham uma formação com base positivista, reprodutivista, obedientes às normas e regulamentos da vida militar, caracterizando-se como uma extensão do Exército Brasileiro, com suas atividades laborais voltadas mais para a Defesa Nacional do que para a segurança do cidadão. Tal cenário perdurou até o ano de 1983 quando foi promulgado o Decreto nº. 88.777/83, de 30 de setembro daquele ano, que trouxe como inovação que o ensino e a instrução das polícias militares passariam a ser orientados para Segurança Pública (Brasil, 1983).

Entretanto, mesmo com a existência do decreto não houve uma total desvinculação destas formações, uma vez que o ensino e a instrução continuavam sendo orientados e coordenados pelo ministério do Exército. Conforme podemos perceber através da transcrição do capítulo V, do referido Decreto:

[...] o ensino nas Polícias Militares orientar-se-á no sentido da destinação funcional de seus integrantes, por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico - profissional, com vistas prioritariamente, a Segurança Pública. Sendo certo que o ensino e a instrução, serão orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por intermédio do Estado Maior do Exército, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos (Brasil, 1983).

Foi somente com o processo de redemocratização do Brasil e com a entrada em vigor da Constituição Federal em 1988 que se começou a vislumbrar uma possível mudança nas formações destes profissionais, agora voltados para a Segurança Pública. Este fato se deu em razão da Carta Magna definir no seu bojo que as PM teriam como missão constitucional a preservação e manutenção da Ordem Pública. Assim, embora as PM continuassem a ser forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro este perdia o controle sobre suas formações.

Neste contexto, o ensino policial militar passaria a diferir do ensino militar, cada um definiria seus currículos de acordo com suas distinções e peculiaridades. No entanto, destacamos que isto não

se concretizou imediatamente conforme destaca Muniz (2001, p. 185) ao pontuar que “[...] é evidente que as transformações ocorridas no mundo das leis não se traduziram automaticamente em mudanças nas realidades do mundo policial”, o que nos leva a compreensão de que um processo de formação que perdurou por tanto tempo não seria desconstruído de forma tão célere.

Destarte, as mudanças foram ocorrendo paulatinamente à medida que o contexto social se modificava, mas foi somente nas últimas duas décadas, em virtude das inúmeras transformações ocorridas principalmente pelo processo de globalização, e o aumento considerável da criminalidade e insegurança, que se tornou mais evidente uma maior preocupação com a segurança pública no Brasil.

Neste cenário, no ano 2000 foi instituído o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública- PNSP, o qual partia da suposição de que as instituições policiais não eram as únicas a serem responsáveis pela melhoria nas questões segurança pública e que a política nacional a ser implantada deveria levar em conta as especificidades estaduais e municipais (Rodrigues, 2014). O PNSP se desdobrou em várias ações, sendo a Matriz Curricular Nacional uma delas.

A Matriz tem como objetivo ser referência no campo teórico-metodológico para orientar as ações profissionais da área de segurança e ainda atender todos os tipos de ensino independentemente do nível ou modalidade (Brasil, 2014).

O currículo de formação recomendado pela MCN tem como base o conceito de segurança pública aventado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como foco o cidadão, ou seja, uma Segurança Cidadã, que se fundamenta na proteção de um conjunto de direitos essenciais e básicos, como: o direito à vida, o respeito à integridade física e material da pessoa humana e o direito a uma vida com dignidade (Serrato, 2009; Balestreri, 2010). A proposta deste instrumento formativo é possibilitar as instituições de segurança pública um currículo baseado em competências e habilidades que proporcione ao profissional lidar com a complexidade, o risco e a incerteza que envolvem a profissão, agir orientado pelos direitos humanos, relacionar-se com a comunidade de forma a trabalharem juntos na prevenção do crime, bem como oferecer respostas eficientes e eficazes diante das demandas profissionais do dia a dia (Brasil, 2014).

Atualmente Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública constitui-se em um programa que compõe o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (SIEVAP), previsto no artigo 38 da Lei nº 13.675/2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Constitui-se um dos objetivos da referida lei, previstos no seu artigo o Art.6º, XI - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal” (Brasil, 2018).

Está temática é reforçada ainda pelo Plano Nacional de Segurança Pública - 2021 a 2030, quando descreve em sua ação estratégica 10 que o mesmo visa: “Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos” (Brasil, 2021a).

Assim, os programas governamentais voltados para as ações formativas dos profissionais da segurança pública refletem nas formações dos Estados membro e têm por objetivo a expansão e melhoria das capacidades de ensino destes agentes, de forma a garantir uma melhor atuação dos mesmo em uma sociedade democrática de direito.

2.2 A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO POLICIAL MILITAR

Com os avanços em vários campos sociais nas últimas décadas temos presenciado também que os índices de criminalidade têm aumentado de forma considerada, o que tem exigido uma formação policial militar de excelência para atuar no dia a dia da profissão. O serviço ostensivo previsto na Constituição Federal de 1988, tido como missão constitucional das polícias militares, trata-se de uma atividade aparentemente simples, porém é na realidade uma atividade com muitos pormenores, crítica e desgastante, a qual requer do policial habilidades e competências que proporcionem um atendimento de qualidade à sociedade. Sobre o labor desses profissionais, um estudo revela que,

a execução do trabalho dos policiais militares é caracterizada por atividades repetitivas e incertas que se mesclam de maneira paradoxal no cotidiano de policiamento ostensivo, pela constante visibilidade da farda. Repetitivas por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como “anormais” no espaço público. Paradoxalmente, essa rotina também se mescla pela incerteza diante do constante suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo (Fraga, 2006, p.7).

Como visto, Fraga (2006) retrata com maestria a complexidade que é o trabalho policial militar, o qual se constitui em um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que o seu cotidiano é rotineiro, tranquilo é também incerto, perigoso e neste movimento diário e constante o policial busca equilibrar e intervir, nos mais distintos espaços, de modo que exerça sua autoridade como profissional dentro das prerrogativas que lhe conferem o poder de polícia, mas sem abusar desse poder, de maneira arbitrária ou autoritária.

Nesse sentido, a formação policial deve ser capaz de proporcionar ao policial, novas maneiras de ser e fazer polícia, a partir da perspectiva de novas concepções e visões de mundo adquiridos nesta formação, firmando desta forma o conceito de uma polícia democrática que visa à segurança do cidadão e seus direitos e que desconstrói a ideologia conservadora de polícia como defesa contra inimigos (Cotta, 2019).

Nessa perspectiva, a formação policial capaz de sustentar essa nova maneira de ser e fazer polícia deve ser reflexo do mundo que o rodeia e das inúmeras situações que o policial encontrará no seu cotidiano, a fim de lhe proporcionar uma prática de tolerância no exercício cotidiano da sua função constitucional (Pereira; Policarpo Junior, 2012).

Desta forma, o programa de sua formação deve simular essas situações, pois quando o policial militar não possui uma formação adequada, seu trabalho acaba sendo desenvolvido por posturas baseadas em imposição, intimidação, sendo até mesmo adotado por vezes condutas violentas, agressivas e abusivas, que se constituem como ilegais, contrapondo assim, sua missão como protetor e garantidor dos direitos dos cidadãos. A formação tem papel primordial neste sentido pois como destaca Lima (2002) quando se questiona o desempenho das polícias, é comum, atrelar o mau desempenho com despreparo, e atribuir este à má formação.

Diante do exposto, percebe-se a importância de se voltar um olhar para o programa de formação inicial dos soldados da PMPI, a fim de verificar se este está condizente com os novos cenários sociais, com a complexidade da atuação policial, bem como se está de acordo as novas configurações da educação e formação dos policiais, pois somente observando tais critérios teremos o formato adequado de formação dos futuros integrantes destas instituições responsáveis pela segurança e preservação da ordem pública.

2.3 O PROGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPI E O ADVENDO DA LEI 8.047/2023, QUE INSTITUI O SISTEMA DE ENSINO DA PMPI

A formação policial militar, no Piauí, seguiu os passos da formação nacional destinada aos policiais militares. Assim em cada momento histórico suas formações iniciais e continuadas foram se construindo e se transformando paulatinamente e, é dentro deste leque de formações existentes nesta corporação que encontramos o Curso de Formação de Soldados PM - CFSD PM (Polícia Militar do Piauí, 2023).

O referido curso é desenvolvido no Centro de Educação, Formação e Aperfeiçoamento Profissional da PMPI (CEFAP), localizado na cidade de Teresina, bem como em batalhões policiais militares localizados nas cidades de Floriano, Picos e Parnaíba, três dos maiores municípios do Estado, que em épocas de formação com grande volume de ingressos se constituem unidades polos do CEFAP (Piauí, 2023).

O programa do curso tem suas ações formativas orientadas pela Matriz Curricular Nacional proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) destinada à formação de agentes de Segurança Pública, bem como em legislações específicas da PMPI como: o Regimento Interno do CEFAP, o Estatuto dos Policiais Militares da PMPI e, por analogia, os parâmetros da educação

profissional no Brasil, pois até então o ensino policial militar do Estado não possuía lei de ensino própria.

Segundo Silva e Cunha (2002) a educação profissional visa preparar o jovem para o mercado de trabalho, cuja atividade laboral, no desenrolar dos novos tempos, passa cada vez mais a depender de uma gama de conhecimentos e exige deste profissional uma postura crítica e criativa, a fim de prepará-lo para adaptar-se rapidamente a um ambiente de mudanças constantes e vertiginosas.

Neste contexto, o programa de formação do CFSD visa apresentar um policial militar proativo, criativo que busca atuar na resolução de problemas com posturas éticas e profissionais. Seu currículo objetiva uma formação construída em uma concepção de segurança pública alinhada ao Estado Democrático de Direito, cujo princípio da preservação da dignidade da pessoa humana é o núcleo central para a efetivação dos valores da vida, da liberdade, da igualdade e da justiça social. Aliado a esse ponto o mesmo destaca a criação de mecanismos que levarão o corpo docente à universalização de procedimentos (Piauí, 2023).

O curso ocorre na modalidade presencial e possui uma carga-horária de 952 horas-aulas a serem integralizadas em cinco blocos, desenvolvido em dois turnos. O currículo do curso é baseado no desenho definido na MCN que define os componentes curriculares necessários à construção das competências (cognitivas, operativas e atitudinais), assim como habilidades a serem construídas (Polícia Militar do Piauí, 2023).

O currículo do curso foi organizado com base em eixos articuladores, que têm por objetivo garantir que as ações formativas de maneira transversal, bem como em 7 (sete) áreas temáticas com disciplinas que trabalham a interdisciplinaridade, acrescidas da área prática profissional.

De acordo com Perrenoud *et al.* (2002), o termo “currículo” não significa simplesmente um amontoado de disciplinas de um curso, ou mesmo o conjunto de conteúdos programáticos, pois envolve também os princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, a fim de possibilitar a promoção de debates e sua reelaboração no dia a dia de sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.

Constituem-se como eixos articuladores definidos pela MCN: Direitos Humanos e Cidadania, Estado, Sociedade e Espaço Público, Cultura, Desenvolvimento e Segurança Pública, Integração e Intersetorialidade, Valores Militares e Dignidade da Pessoa Humana. Já as áreas temáticas são as descritas no Quadro 1, as quais estão acompanhadas das disciplinas que as integram.

Quadro 1. Currículo do programa de formação do CFSD da PMPI desenvolvido de acordo com matriz curricular nacional.

Nº	ÁREAS TEMATICAS E DISCIPLINAS	C/H
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública		
1	Sistema de Segurança Pública no Brasil	20
2	História e Identidade Cultural da PMPI	20
3	Polícia Comunitária	20
Conhecimentos jurídicos		

4	Fundamentos de Direito Constitucional	30
5	Fundamentos de Direito Penal Comum	30
6	Fundamentos de Direito Penal Militar 180	30
7	Legislação Organizacional	30
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos		
8	Gerenciamento de Crises (1º interventor)	20
9	Controle de Distúrbios Cívicos – CDC	20
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública		
10	Redação Oficial	20
11	Inteligência de Segurança Pública	20
12	Telecomunicações da PM	20
13	Sistema Mobile	20
Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva		
14	Direitos Humanos, Ética e Cidadania	20
15	Hinos e Canções	12
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.		
16	Ordem Unida I	20
17	Ordem Unida II	20
18	Técnica de Abordagem Policial	40
19	Policiamento Ambiental	20
20	Primeiros Socorros	20
21	Local de Crime	20
22	Defesa Pessoal	30
23	Armamento, Munição e Tiro Defensivo	50
24	Policiamento Ostensivo Geral I	20
25	Policiamento Ostensivo Geral II	20
26	Instrução Geral I	20
27	Instrução Geral II	20
28	Policiamento Ostensivo Montado	20
29	Comportamento e Autoproteção	30
30	Armas não letais	10
31	Policiamento de Trânsito	20
32	Técnica de Operações Especiais	20
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador		
33	Educação Física	60
34	Doutrina da Atividade Policial I	20
35	Doutrina da Atividade Policial II	20
36	Doutrina da Atividade Policial III	20
37	Doutrina da Atividade Policial IV	20
Atividade Profissional (Acompanhamento)		
38	Prática Profissional I	20
39	Prática Profissional II	20
40	Prática Profissional III	20
41	Prática Profissional IV	20
Total = 952h/a		

Fonte: Adaptado de Projeto Pedagógico do CFSD (2023).

Verifica-se que é um currículo bem abrangente e que visa contemplar uma formação mais técnica, visto que são as disciplinas voltadas para esta área as mais contempladas. Destacamos ainda a ausência de disciplinas relacionadas aos aspectos psicossociais da violência, assim como as que envolvem as relações interpessoais.

Cabe lembrar que, tais disciplinas são importantes dentro do programa, pois é de suma importância para o profissional desta área compreender o fenômeno da violência como uma construção social originária da ausência dos direitos do cidadão, bem como que as relações interpessoais são de

suma importância para se manter uma comunicação mais clara e assertiva o que contribuirá para lidar melhor com os conflitos constantes encontrados no cotidiano da profissão.

Como se vê, o programa de Formação de Soldados PM 2023 busca o alinhamento a Matriz Curricular Nacional, porém em uma análise mais profunda percebe-se que este deixa de contemplar conteúdos importantes como os destacados acima. No entanto, a polícia militar do Piauí, passa por uma situação de transição com a criação da Lei que instituiu o Sistema de Ensino na PMPI, Lei nº 8.047 de 18 de maio de 2023, a qual trouxe profundas transformações no tocante a formação de soldados da PMPI.

Sobre esta formação a referida lei elevou a mesma para o nível da educação superior profissional, dentro da modalidade tecnólogo e alterou a nomenclatura do Curso, o qual deixou de ser Curso de Formação de Soldados PM e passou a denominar-se Curso de Formação Praças PM. Outra inovação da Lei foi a habilitação profissional que o curso oferecia, uma vez que anteriormente só habilitava o policial a galgar a graduação de soldado e com seu advento este profissional poderá ascender até a graduação de 2º sargento PM (Piauí, 2023).

Nesse contexto, houve um ganho na qualificação policial já no início da carreira. Portanto, acredita-se que as lacunas no processo formativo foram preenchidas e o egresso dos cursos da PMPI poderá atender as necessidades da segurança pública e do cidadão piauiense de forma mais efetiva.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se trata de uma revisão integrativa, de natureza aplicada, com objetivo exploratório, abordagem qualitativa e procedimento bibliográfico e documental. A escolha do desenho metodológico ocorreu da seguinte forma:

Para definir e organizar os atributos e critérios da pesquisa, adotou-se a estratégia de PICO: P (população), I (intervenção), C (comparação) e O (desfecho). O PICO é uma técnica “[...] consolidada na comunidade científica como opção confiável no que refere à estrutura (framework) de busca, focada no problema, com base em evidências, que reduz as chances de o pesquisador percorrer caminhos desnecessários ou enviesados na busca de resultados (Da Silva et al, 2023; Sousa *et al.*, 2025)”. A Figura 1 apresenta os critérios utilizados na pesquisa, por meio da estratégia PICO.

Figura 1. Termos utilizados para os atributos e os critérios da pesquisa.

Atributos	Descrição
String de busca	“trajetória da formação policial militar no Brasil”; “formação e a profissão policial militar”; e “o programa do curso de formação de soldados da PMPI e o advento da lei de ensino”.
Refinado por	Período livre até 2023.
Base de dados	SciELO; Scopus e Google Scholar.
Critérios de inclusão	Artigos científicos, leis e documentos institucionais, que apresentam relação com o programa de formação de soldado da Polícia Militar do Piauí, considerando literaturas focadas nos avanços, desafios e perspectivas quanto ao processo formativo

	na área da educação policial militar da PMPI.
Critérios de exclusão	Artigos com duplicidade de publicação, artigos incompletos e os não disponíveis na íntegra.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no protocolo PICO (2024).

Nesse passo, foi realizada a leitura exploratória e seletiva de artigos e documentos institucionais, com base na estratégia PICO. Em seguida, com base na técnica da análise conteúdo, de Bardin (2011), foi realizada a leitura crítica e inferencial que conduziu às categorias temáticas que emergiram dos resultados, nessa ordem: (i) Avanços da Formação de Soldados da PMPI: de onde viemos e onde estamos; (ii) Desafios da Formação de Soldados da PMPI: caminhar aprendendo e aprender caminhando; e (iii) Perspectivas para a Formação de Praças da PMPI: para caminhos difíceis, passos largos e horizonte próspero, as quais respondem ao problema da pesquisa intitulada “Formação de Soldados da Polícia Militar Do Piauí: desafios, avanços e perspectivas”.

Em relação aos aspectos éticos, esta pesquisa tem como referencial o Art.1º, Inciso V e VI, da Resolução CNS 510/2016, que dispõe sobre a eticidade em pesquisas na área das ciências humanas e sociais (Brasil, 2016).

Seguindo este caminho acreditamos que ele nos conduziu a alcançar uma resposta ao nosso problema de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias temáticas que emergiram dos resultados foram: (i) Avanços na Formação de Soldados da Polícia Militar do Piauí; (ii) Desafios da Formação de Soldados da PMPI: caminhar aprendendo e aprender caminhando; e (iii) Perspectivas para a Formação de Praças da PMPI: para caminhos difíceis, passos largos e horizonte próspero, as quais respondem ao problema da pesquisa intitulada “Formação De Soldados Da Polícia Militar Do Piauí: Desafios, Avanços e Perspectivas”, que serão apresentadas nessa ordem.

4.1 FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No intuito de compreender os desafios, avanços e perspectivas da formação de soldados da PMPI, fizemos um recorte da literatura sobre formação de policiais militares no Brasil e no Estado do Piauí, bem como documentos disponibilizados pelo Comando da Corporação e extraídos de sites oficiais como: Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública (Brasil, 2014), Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Brasil, 2018), Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Brasil, 2021a), Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados ((Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados, 2023) e a Lei que Instituiu o Sistema de Ensino da PMPI (Piauí, 2023).

Os critérios estabelecidos nesta etapa foram definidos levando em consideração três eixos principais discutidos acerca da Formação de Soldados da PMPI: (i) Os avanços, onde lançamos um olhar para a trajetória de formação policial militar no Brasil ao longo dos anos e para a Lei que Instituiu o Sistema de Ensino da PMPI; (ii) Os Desafios, onde discutimos a profissão policial militar e o currículo do CFSD em uma sociedade democrática e, por fim, (iii) As perspectivas para esta formação frente a política nacional de formação dos Profissionais da Segurança Pública e Defesa Social, assim como da lei de Ensino da Corporação.

4.2 AVANÇOS NA FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

A formação do soldado da PMPI passou por transformações significativas saindo inicialmente de uma base exclusivamente militarizada até chegar às mais recentes alterações propostas pela Matriz Curricular Nacional (Brasil, 2014), o que denota um inegável avanço nestas formações.

Sobre esta formação depreende-se que até o início do século XXI, era desenvolvida tendo por base um processo educacional meramente mecanicista, ou seja, partia da simples assimilação do conteúdo das disciplinas e das normas militares, uma vez que os soldados recebiam a mesma formação destinada ao efetivo do Exército brasileiro, inicialmente subordinadas ao exército e posteriormente constituindo-se como forças auxiliares e Reservas dessa força nacional (Art. 144, §6º, da Constituição Federal 1988).

Para compreender as bases iniciais da formação policial militar ou primeiro modelo de ensino da PMPI, recorreremos à Paulo Freire. Nesse sentido, infere-se que a formação desses profissionais se configurava unicamente pela reprodução das ações determinadas pelo instrutor. Dito de outra forma, este processo de ensino/aprendizagem se assemelhava ao que Freire (2019) define como “educação bancária”, uma vez que o aluno é tido como um mero “depósito” de informações, inexistindo assim, a formação de uma consciência crítica da realidade.

No entanto, é possível observar alguns avanços na formação com o advento da Constituição 1988, que trouxe uma significativa mudança na atuação das polícias brasileiras ao definir de forma clara a missão constitucional da polícia militar como sendo a polícia “responsável pela preservação e manutenção da ordem pública” (Brasil, 1988). Assim foi possível vislumbrar uma formação voltada mais para Segurança Pública e para o cidadão, ainda que de forma tímida, pois “[...] é evidente que as transformações ocorridas no mundo das leis não se traduziram automaticamente em mudanças nas realidades do mundo policial (Muniz, 2001, p. 123)”.

O modelo militar estruturado pelo Exército evoluiu para o ensino mais policial e tal evolução do ensino atrelou-se aos valores democratizantes que emergiram com a Constituição Federal de 1988, demandando uma nova postura na atuação da instituição, e, por consequência, na formação de seus

recursos humanos. Entretanto, foi somente nas últimas décadas que iniciaram os debates em torno de uma proposta formativa dos profissionais da segurança pública no Brasil (Lunardi, 2002).

Nesse cenário, as discussões ocorreram em virtude de mudanças aceleradas em todos os setores provenientes da globalização, que trouxe consigo novas formas de ver o mundo, tendo, inclusive, contribuído para o aumento da criminalidade, em razão das situações de vulnerabilidades sociais que aos poucos foi se fazendo perceber à medida que uma pequena parcela social se destacava em rica expansão, gerando insatisfações populares, dentre outras situações geradores de violência (Sousa et al, 2025). Tudo isso ensejou mudanças nas polícias, no ser e o no fazer policial que foi se modificando, absorvendo outras influências, transformando-se e adaptando-se às mudanças sociais, assim como ocorreu com outras instituições (Krok, 2008).

Neste contexto, a Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas do Profissional de Segurança Pública surgiu como um grande avanço constituindo-se como primeira manifestação de promover a discussão acerca da formação destes profissionais para cumprimento da atividade policial, tendo por base a nova ordem constitucional mais consolidada. Com isso, a MCN tornou-se uma orientação para o processo ensino aprendizagem dos agentes de segurança pública.

Trata-se de uma Matriz Curricular Nacional sofisticada, tanto em relação ao conteúdo quanto às orientações teórico-metodológicas. São destacados dois pontos cruciais para a eficácia do processo de transformação, a partir da MCN para as ações formativas: “o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes, dos pontos contidos na Matriz” (Brasil, 2014, p. 59-60).

Analisando o programa de formação de soldados da PMPI é possível constatar que este foi projetado com base nas orientações da Matriz Curricular Nacional, seguindo o seu referencial teórico-metodológico. Este fato é bastante relevante e significativo, uma vez que através dele constatamos a introdução e os efeitos positivos da política nacional de segurança pública e defesa social nas formações da PMPI. A matriz busca a compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial, assim como a compreensão e a valorização das diferenças (Brasil, 2014), propondo uma ruptura no modelo de formação policial militar proposto até então.

Neste contexto, a matriz se configura um marco na formação do soldado da PMPI. O Curso tem por objetivo formar soldados em uma concepção de segurança pública alinhada ao Estado Democrático de Direito, tendo como princípio a preservação da dignidade da pessoa humana, sendo este o núcleo central para a efetivação dos valores da vida, da liberdade, da igualdade e da justiça social ((Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados, 2023). Infere-se assim que o programa do curso ao colocar em destaque a dignidade da pessoa humana, consolida uma formação técnico profissional e humanística. Assim, observa-se que há um compasso entre o projeto do Curso e as orientações da matriz.

Elencados significativos avanços na formação dos Soldados da PMPI, destacamos agora um dos principais avanços em termos de formação no Estado que foi a aprovação da primeira lei de ensino da Polícia Militar do Piauí, a Lei nº 8047, de 18 de maio de 2023, que transforma o Curso de Formação de Soldados da PMPI em Curso de Formação de Praças, capacitando-os até a graduação de 3º sargento, bem como eleva o nível da formação para o ensino superior com a titulação de Tecnólogo em Segurança Pública (Piauí, 2023).

Em linhas gerais, pode-se dizer que, a partir da análise bibliográfica e documental, é perceptível os avanços na formação do soldado da PMPI, uma vez que no transcorrer do tempo ocorreram mudanças relevantes e significativas, constituindo-se em qualidade na formação destes profissionais e consequentemente na melhoria do serviço ofertado à sociedade.

4.3 DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPI: CAMINHAR APRENDENDO E APRENDER CAMINHANDO

Compreende-se que a atividade desenvolvida pelo policial militar é de difícil execução, o que exige um preparo técnico e uma formação de alto desempenho para que este possa interagir com o meio no qual está inserido, atuando com foco na segurança cidadã e na proteção dos Direitos Humanos. Para tanto, a inclusão de disciplinas e conteúdos curriculares na formação policial não se mostra suficiente para uma formação robusta e capaz de atender os anseios da sociedade, pois, além da técnica profissional, as ações formativas devem conduzir o policial para a reflexão (Pereira; Policarpo Junior, 2012).

Desta forma, muito embora o currículo do CFSD traga os avanços propostos pela Matriz Curricular Nacional como formação por competências, áreas temáticas e eixos articuladores, dentre outros, se analisarmos o mesmo, como visto no Quadro 1, é possível observar que existem lacunas a serem preenchidas nessa formação, uma vez que a malha curricular, de certa forma, demonstra uma supremacia de conteúdos que ainda se reportam às atuações reativas no processo ensino/aprendizagem.

O que se observa é que no rol de disciplinas, algumas estão inseridas dentro da competência atitudinal, a qual, dentre outros aspectos, inclui as habilidades e atitudes pessoais necessárias para conviver, ou para interagir com as pessoas, estão em desequilíbrio em relação às demais disciplinas. Sendo assim, considerando que a harmonia entre as disciplinas formativas que compõem a malha curricular deve estar em um nível adequado para atender as exigências que o currículo requer, mudanças significativas no ensino policial militar configuram um desafio nas formações (Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados, 2023).

Outro desafio que se destaca neste contexto de promulgação da Lei de Ensino da PMPI é a realização de uma ampla e sistemática discussão sobre a formação das Praças a nível superior

tecnológica, destacando o modelo policial profissional pretendido, a reestruturação de currículo, dentre outros aspectos que envolvem a mudança de nível de um curso e sua magnitude.

Diante disso, elaborar projetos políticos pedagógicos para o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que atendam às novas exigências quanto ao perfil do egresso, torna-se um desafio imperativo. Nessa toada, não menos importante, são os desafios quanto à estrutura física, equipamentos tecnológicos modernos e profissionais capacitados para conduzirem a ação formativa. Até porque, com a instituição da nova lei de ensino da PMPI e todas as inovações que a acompanham, haverá uma maior necessidade de os docentes buscarem formação acadêmica para participarem dos processos e programas educativos.

Diante do exposto, é possível constatar que embora se percebam os avanços na formação destes profissionais, existem muitos desafios pela frente, visto que ainda nos deparamos com uma formação policial militar que precisa avançar para que possamos ter uma polícia militar bem qualificada para operar em uma sociedade cada vez mais democrática e integrada com a comunidade.

Em outras palavras, um dos maiores desafios da Polícia Militar do Piauí para formar as Praças, contorna o que se pode mapear pela expressão: caminhar aprendendo e aprender a caminhar diante das dificuldades no processo formativo. Todavia, embora os desafios sejam muitos, existem perspectivas no cenário atual que podem nos conduzir para este caminho, conforme discutiremos a seguir.

4.4 PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA PMPI: PARA CAMINHOS DIFÍCEIS, PASSOS LARGOS E HORIZONTE PRÓSPERO

A Formação é um ponto fundamental na construção do conhecimento técnico e científico dos profissionais da Segurança Pública. Nesse contexto, as reformas educacionais para a formação destes profissionais propagadas pelas normas federais de caráter regulatório, acompanhadas da recém-criada Lei nº 8.047, de 18 de maio de 2023, que instituiu o Sistema de Ensino da PMPI, apontam novos caminhos para a Formação de Praças da PMPI.

Assim, a atual política nacional de segurança pública, no que se refere a formação, seja através de programas como a Matriz Curricular Nacional (MCN), pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), se alinha com o que se espera para uma formação humanística e técnica de policiais, tendo como objetivo fortalecer a compreensão de direitos humanos e respeito às diferenças (Brasil, 2021a), o que reforça cada mais vez uma formação de Praças de caráter educativo-formativo e especializado (Balestreri, 2010).

Resta claro que, “a instrução militar enquanto processo de transmissão de conhecimento dá a vez ao ensino policial, focado na mediação dos conhecimentos, por não mais dar conta do contexto histórico e social de mudanças (Pereira, 2013, p. 51)”. Desta forma as perspectivas para a formação de

Praças da PMPI à medida que a sociedade se transforma percebe a necessidade de mudar, buscando novas rotas para prosperar enquanto instituição formadora das Praças, buscando mudanças na educação policial que coadunem com as expectativas da sociedade no que refere aos serviços prestados por policiais bem qualificados para ofertar segurança cidadã.

Nessa senda, constatou-se que neste cenário nasceu a Lei que instituiu o Sistema de Ensino na PMPI apresentando-se como um elemento caracterizador do esforço pela modernização do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado do Piauí. A referida lei como já vimos anteriormente definiu novas regras para as formações existentes na Corporação, uma vez que através dela foi reestruturado todo o seu sistema de ensino, e no que tange a formação dos Praças, em seu bojo, a instituição optou pela formação a nível superior tecnológica para as próximas turmas.

Esse cenário conforme Bispo *et al.* (2023) aponta para a necessária transição da educação castrense para a educação de nível superior, com o objetivo de promover a atividade policial militar de forma científica, buscando melhorias significativas no serviço prestado à sociedade. Constata-se assim que a escolha da PMPI pela formação de nível superior demonstra uma perspectiva evolucionista no processo formativo das suas praças.

Neste sentido, Basílio (2007) refere que os policiais que possuem uma graduação são menos autoritários em relação aos policiais que não possuíam nível superior. Além de serem mais profissionais em suas atitudes e éticos em sua atuação nas comunidades.

Nesse contexto, o interesse e o compromisso institucional pela formação ética, humana e cidadã, bem como pela produção de conhecimento científico objetivando o enfrentamento e a construção de estratégias de prevenção na área da segurança pública, é compreensível e esperado. No entanto, não podemos deixar de destacar que a PMPI para consolidar sua nova proposta de ensino alicerçada nas diretrizes nacionais tem um longo caminho a seguir o qual engloba metodologias de ensino e normas educacionais compatíveis com a educação de nível superior.

Nesta seara, é importante frisar que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação define em seu artigo 83 que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”, tornando-se assim independente. Dessa forma, pode-se intuir que a educação da PMPI, ao implementar o novo Sistema de Ensino, caminha, mesmo que de forma embrionária, em solo próspero no que refere às mudanças no ensino militar.

Convém lembrar, que a LDB quando deixou o campo aberto para a admissão de equivalência de estudos militares, as conquistas já realizadas como a estruturação dos cursos de oficiais com malha curricular equivalentes às de outros cursos de graduação, e as especializações oferecidos atualmente voltadas para o aperfeiçoamento de oficiais intermediários também tem malha curricular equivalente a qualquer outra pós-graduação *lato sensu*, sendo a diplomação dos concludentes feitas pela

Universidade Estadual do Piauí, por reconhecer a equivalência dos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais militares aos demais cursos superiores nacionais.

Nessa direção, as expectativas em torno da formação de policiais militares no estado do Piauí são prósperas, não somente do ponto de vista do ensino aos Praças, uma vez que as perspectivas com a nova lei de ensino da PMPI se estendem a todo o efetivo. Embora saibamos que para ser equivalente os cursos militares devem atender aos critérios formativos previstos para cada titulação requerida, sabemos também que uma vez equivalente, as perspectivas relacionadas ao credenciamento, reconhecimento e homologação, mesmo que por caminhos difíceis, o futuro da educação dos policiais militares da PMPI se desenha em horizonte próspero.

A Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) da Senasp, prevê por meio do Programa Matriz Curricular Nacional (PMCN), que a educação na área da segurança pública passe por contínuas atualizações, visando cada vez mais melhorar seu sistema de ensino (Brasil, 2021b; Spaniol; Azevedo, 2022).

Nessa perspectiva o Centro de Educação Formação e Aperfeiçoamento Profissional, da PMPI, almeja o credenciamento como instituição de ensino superior, ter o funcionamento reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, e homologação pelo Ministério da Educação, para que possa incluir a formação de Praças, com a titulação de ensino superior reconhecido pela comunidade acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou investigar os avanços, desafios e perspectivas da formação do Soldado da Polícia Militar do Piauí. Assim diante de todo o arcabouço teórico aliado ao programa de formação dos Soldados da PMPI, a Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública, a Lei de Ensino da PMPI, bem como outros, chegamos às constatações, contribuições e recomendações desta pesquisa, uma vez que, por ser um tema complexo e pouco estudado as formações policiais militares requerem cada vez mais aprofundamento.

Desta forma, a compreensão que se consolida é a de que a preocupação com uma formação adequada dos profissionais de Segurança Pública no Brasil tem se refletido em iniciativas e proposições que foram sendo realizadas ao longo dos anos, tais como as contidas: na Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da área de Segurança Pública, no Plano Anual de Ensino e Pesquisa (PAEP), da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) da Senasp, as orientações constantes no Plano Nacional de segurança Pública e na própria Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, todas estas em nível federal e a nível estadual citamos a Lei nº 8.047 de 18 de maio de 2023, que instituiu o sistema de ensino da PMPI.

Nesse sentido, as formações dos profissionais de segurança pública têm avançado, uma vez que instituições públicas vêm buscando novos caminhos que orientem as formações destes profissionais, a fim de que estes possam atuar de forma a atender os atuais anseios da sociedade.

Nessa direção, embora quando se olhe para o horizonte esses avanços não simbolizem as reais expectativas quanto ao processo formativo do soldado da PMPI, a Lei que instituiu o Sistema de Ensino da PMPI aponta para perspectivas exitosas quanto às mudanças desejadas pelos gestores, docentes e discentes envolvidos neste processo, apesar dos desafios a serem superados até a completa efetivação dessa lei, que visa o melhoramento dos cursos realizados pela PMPI.

AGRADECIMENTOS

À Polícia Militar do Piauí e à Universidade Estadual do Piauí, por ofertarem a Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Segurança Pública. Aos coordenadores e docentes destas instituições de Ensino. À Profa. Ma. Antônia Maria dos Santos Silva - orientadora desta pesquisa. À banca avaliadora pela contribuição para o melhoramento da versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, R. Um novo paradigma de segurança pública. In: COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. (org.). *Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 57-67. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c46v3/pdf/costa-9788523212322-04.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.
- BASÍLIO, M. P. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.
- BISPO, D. S. et al. A importância da educação na atividade policial: reconhecimento do Centro de Ensino em Instituição de Ensino Superior (IES) da Polícia Militar de Rondônia. *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)*, v. 5, n. 12, p. 106-120, 2023.
- BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm. Acesso em: 12 maio 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. 3. ed. Coordenação: PASSOS, A. S. et al. Brasília: Senasp, 2014. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2320>. Acesso em: 11 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança (Susp). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 12 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Segurança Pública. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028. Brasília: Ministério da Segurança Pública, 2018. Disponível em: <https://cispreional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2020/04/11.-Plano-Nacional-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018-compactado.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.
- BRASIL. Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Brasília: MJSP, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/34969273/publicacao/34971139>. Acesso em: 12 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Plano Anual de Ensino e Pesquisa (PAEP). Segen/DEP, 2021. Disponível em: http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/paep-2021-3-2.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.
- COTTA, F. A. A fabricação do soldado mineiro: inclusão e exclusão sociais no processo de formação profissional da Força Pública (1912-1946). UFVJM, 2019.

DA SILVA, F. S. V. F. et al. Impactos psicológicos da pandemia: desafios para a educação em saúde em ato. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 5, p. 4721-4737, 2023.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial. Revista Virtual Textos & Contextos, v. 5, n. 6, p. 1-19, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HIPÓLITO, M. M. A formação policial no Brasil e seus desafios. ATUAÇÃO – Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, v. 2, n. 3, p. [s.p.], maio/ago. 2004.

KROK, J. T. O vínculo constitucional entre o Exército e as Polícias Militares: reflexos na estrutura organizacional, formação e prática profissional (1934-1988). 2008.

LIMA, R. K. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, J. (org.). Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002. p. 199-219.

LUNARDI, M. L. de O. Concepções sobre o processo de aprendizagem dos professores do curso de formação de oficiais: possibilidades e limites frente aos esforços de modernização do processo de formação de oficiais. 2002. Monografia (Especialização) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

MOURA, J. A. A. de. A prática docente na Academia de Polícia Militar do Piauí: uma abordagem à luz do agir comunicativo. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MUNIZ, J. O. A crise de identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. Security and Defense Studies Review, v. 1, p. 187-198, 2001.

PIAUI. Lei nº 8.047, de 18 de maio de 2023. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Piauí - SEPMP. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5653/8047.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

PIAUI. Polícia Militar. Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados. Teresina: Polícia Militar, 2023.

PEREIRA, B. C.; POLICARPO JUNIOR, J. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 1, p. 74-88, 2012.

PERRENOUD, P. et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PONCIONI, P. Governança democrática da segurança pública: o caso da educação policial no Brasil. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 13, n. 1, p. 48-55, 2013. DOI: 10.15448/1984-7289.2013.1.12591.

RODRIGUES, M. P. R. Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã. Belém: Paka-Tatu, 2014.



SERRATO, H. R. Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: marco conceitual de interpretação-ação. In: Curso Convivência e Segurança Cidadã. Brasília, DF: PNUD, 2009. p. 19-23.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 3, p. 77-82, 2002.

SOUSA, I. M. et al. Caminhos e (des)caminhos da segurança pública no Brasil: por lentes foucaultianas. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 5, p. e15222, 2025.

SPANIOL, M. I.; GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, R. Formação profissional na segurança pública do RS: análise a partir dos seus cursos, suas escolas e academias de polícia. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, n. 1, p. 68-91, 2022.